A paciência que o Estado exige

Publicado em 2026-11-24 10:00:00



CRÓNICA · PORTUGAL · DINHEIRO PÚBLICO

A paciência que o Estado exige

A Operação Harpia põe à prova a maneira como o Estado fiscaliza os fundos públicos num país que pede aos cidadãos que esperem por casa, por uma consulta ou por melhores condições na escola.

Por **Francisco Gonçalves** 17 de Novembro de 2026

4 min de leitura

NOTA DE ABERTURA

Quatro dias separaram as buscas da Operação Harpia das manifestações pela habitação de 14 de Novembro. São acontecimentos distintos. Vistos na mesma semana, ajudam

A ação da repartição, uma fotocópia em falta basta para mandar uma pessoa para casa. No financiamento público, uma factura pode estar impecável e ainda assim deixar por responder a pergunta mais elementar de todas. Quem é, afinal, o dono da empresa que a passou?

É esta a pergunta que me ficou da Operação Harpia. O Ministério Público investiga 80 operações, com cerca de 17,2 milhões de euros de financiamento público atribuído através de instrumentos do QREN e do Portugal 2020, hoje geridos pelo Banco Português de Fomento. Segundo o DCIAP, os suspeitos terão usado sociedades que controlavam para ocupar três lugares no mesmo circuito. Umas candidatavam-se, outras recebiam o investimento e outras forneciam bens ou serviços. A Polícia Judiciária refere indícios de documentação e facturação falsas. [1] [2]

Uma factura certa pode esconder a pergunta errada

O banco foi constituído em 2020, por fusão de entidades que já operavam no financiamento à economia. Segundo a posição divulgada pelo banco, este colabora com as autoridades desde 2023. O historial das linhas exige, por isso, uma cronologia que identifique quem tinha a responsabilidade de verificar cada operação em cada momento. Quem decidiu? Que dados tinha?

podia parecer banal quando vista sozinha. Um formulário de candidatura, um investimento, uma factura. O que lhes dava sentido era a relação entre as sociedades. Uma auditoria que percorra pastas sem cruzar intervenientes pode encontrar um processo muito bem arrumado. A contabilidade agradece. O dinheiro público fica à espera de melhor companhia.

O país a quem se pede que espere

Em 14 de Novembro, milhares de pessoas saíram à rua em dezenas de cidades portuguesas por causa do preço da habitação. A Associated Press e a Euronews relataram o que levou tanta gente a protestar. A OCDE já tinha descrito um parque de arrendamento social pequeno e esperas que podem durar anos. Também na saúde, o perfil europeu de Portugal documenta esperas prolongadas e pressões sobre as equipas. No ensino, o monitor da Comissão Europeia mostra que quase um em cada três jovens portugueses de 15 anos fica abaixo do nível básico em matemática. São problemas com causas e instrumentos próprios. Para quem os vive, todos têm um custo que se paga agora. **[5] [6] [7] [8] [9]**

Os 17,2 milhões em causa tinham um destino próprio, o financiamento de investimento empresarial. A gravidade de um eventual desvio mede-se primeiro aí, no que o dinheiro devia

próprios pagamentos. [1]

O controlo antes da transferência

Em 2019, o Tribunal de Contas Europeu pediu às autoridades de gestão dos fundos de coesão que reforçassem a detecção activa de fraude e o uso de análise de dados. O manual de integridade pública da OCDE coloca a gestão do risco e o controlo interno entre as responsabilidades correntes de uma instituição. Aplicado aqui, o princípio é simples. Antes de pagar, importa saber quem controla as entidades relevantes e se as relações entre elas foram declaradas. Um alerta deve dar origem a uma verificação documentada, com uma decisão que alguém assuma e que outro possa rever. [10] [11]

O apuramento judicial seguirá os seus prazos. A prestação de contas administrativa tem perguntas próprias. Quem recebeu e analisou os alertas? Que controlos existem hoje nas linhas que sucederam às investigadas? Que verbas foram recuperadas e quais continuam por recuperar, quando for possível divulgar esses dados? Um arresto provisório protege a possibilidade de recuperação. O dinheiro recuperado é uma conta que terá de ser feita à parte. [1] [2]

Blogue Fragmentos do Caos

A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Nota editorial

Crónica de opinião baseada na informação pública disponível em 17 de Novembro de 2026. Os 17,2 milhões de euros correspondem ao financiamento público atribuído às operações sob investigação, segundo o DCIAP. O prejuízo definitivo e as responsabilidades individuais estão por apurar. As suspeitas são atribuídas às autoridades e vigora a presunção de inocência. O exemplo inicial é ilustrativo.

Francisco Gonçalves

Com colaboração editorial de Augustus Veritas (IA)

Referências nacionais e internacionais

1. **Operação “Harpia”**
   DCIAP · 10 de Novembro de 2026

   Comunicado do Ministério Público com o âmbito do inquérito, as 80 operações e o montante de financiamento público atribuído.

3. **Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de Setembro**
Diário da República · 2020

Diploma que regula o Banco Português de Fomento e define a fusão das entidades que lhe deram origem.

4. **PJ faz buscas por suspeitas de fraude ao Banco de Fomento**
ECO / Lusa · 10 de Novembro de 2026

Cobertura que reproduz a posição do banco sobre as linhas de financiamento e a colaboração com as autoridades.

5. **Tens of thousands march in Portuguese cities against surging home prices**
Associated Press · 14 de Novembro de 2026

Reportagem sobre as manifestações nacionais e a dificuldade de comprar ou arrendar casa.

6. **Portugal sees fresh protests over government policies seen as worsening housing crisis**
Euronews · 14 de Novembro de 2026

Reportagem sobre as manifestações e as reivindicações relativas às rendas e à habitação pública.

social e dos tempos de espera.

8. **Portugal: Country Health Profile 2025**
   Observatório Europeu dos Sistemas e Políticas de Saúde e OCDE · 2025

   Perfil do sistema de saúde português, com análise do acesso, dos tempos de espera e da capacidade das equipas.

9. **Monitor da Educação e da Formação 2025 — Portugal**
   Comissão Europeia · 2025

   Relatório nacional sobre competências de base, incluindo o desempenho dos alunos de 15 anos em matemática.

10. **Tackling fraud in EU cohesion spending**
    Tribunal de Contas Europeu · Relatório Especial 06/2019

    Auditoria aos mecanismos de prevenção, detecção e resposta à fraude na despesa de coesão.

11. **OECD Public Integrity Handbook**
    OCDE · 2020

    O capítulo sobre gestão do risco aborda o controlo interno e a prevenção de fraudes e outros abusos.